

**Crédito Rural e Desigualdades Territoriais na Amazônia:
a distribuição do PRONAF no estado do Amazonas (2013–2024)¹**

***Rural Credit and Territorial Inequalities in the Amazon:
The Distribution of PRONAF in the State of Amazonas (2013–2024)***

Amanda Brito da Silva

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

Andreia Brasil Santos

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

Marília Carvalho Brasil

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) constitui um dos principais instrumentos de política pública voltados ao financiamento da agricultura familiar no Brasil, desempenhando papel relevante na promoção do desenvolvimento rural e na ampliação da capacidade produtiva dos agricultores familiares. Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica de alocação dos recursos do PRONAF no estado do Amazonas no período de 2013 a 2024, buscando identificar padrões de distribuição do crédito rural entre atividades produtivas, finalidades de financiamento e regiões intermediárias do estado. A metodologia baseia-se em análise quantitativa e descritiva de dados secundários provenientes do Banco Central do Brasil, referentes aos valores financiados e ao número de projetos contratados nas linhas de crédito do programa. Os resultados indicam predominância da pecuária em relação à agricultura na captação de recursos, bem como maior participação das operações destinadas à finalidade investimento em comparação ao custeio. Observa-se também significativa desigualdade territorial na distribuição dos recursos, com maior concentração nas Regiões Intermediárias Lábrea e Manaus, enquanto regiões como Tefé apresentam menor volume de crédito e maior instabilidade nas operações. Esses padrões refletem características estruturais da economia rural amazônica, como a expansão da bovinocultura, limitações logísticas e diferenças na integração econômica regional. Conclui-se que, embora o PRONAF desempenhe papel relevante no financiamento da agricultura familiar no Amazonas, persistem desafios relacionados à distribuição territorial dos recursos, à diversificação produtiva e à promoção de modelos de desenvolvimento rural mais sustentáveis na região.

Palavras-chave: Crédito Rural, Agricultura Familiar, PRONAF, Amazonas.

Abstract:

The National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF) is one of the main public policy instruments aimed at financing family farming in Brazil, playing a significant role in promoting rural development and expanding the productive capacity of small-scale farmers. This article aims to analyze the allocation dynamics of PRONAF resources in the state of Amazonas between 2013 and 2024, seeking to identify patterns in the distribution of rural credit across productive activities, financing purposes, and intermediate regions of the state. The methodology is based on a quantitative and descriptive analysis of secondary data obtained from the Central

¹ Este artigo é uma versão revisada e ampliada da pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, com financiamento da Instituição de origem das autoras, realizada no período de agosto/2024 a julho/2025.

Bank of Brazil, including information on the volume of credit and the number of financed projects under PRONAF credit lines. The results indicate a predominance of livestock activities over crop production in terms of access to credit, as well as a greater share of investment operations compared to working capital (custeio). The analysis also reveals significant territorial inequalities in the distribution of resources, with a higher concentration of credit in the intermediate regions of Lábrea and Manaus, while regions such as Tefé show lower credit volumes and greater instability in financing operations. These patterns reflect structural characteristics of the Amazonian rural economy, including the expansion of cattle ranching, logistical constraints, and differences in regional economic integration. The study concludes that although PRONAF plays an important role in financing family farming in Amazonas, challenges remain regarding the territorial distribution of resources, productive diversification, and the promotion of more sustainable rural development models in the region.

Keywords: Rural Credit, Family Farming, PRONAF, Amazonas.

1. Introdução

O crédito rural constitui um dos principais instrumentos de política pública voltados ao desenvolvimento da agropecuária no Brasil, desempenhando papel fundamental no financiamento da produção, na difusão de tecnologias e na modernização das atividades agrícolas. A institucionalização desse sistema ocorreu com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, por meio da Lei nº 4.829, estabelecendo uma estrutura organizada de financiamento ao setor agropecuário. A partir desse marco, o Estado brasileiro passou a atuar de forma mais sistemática na oferta de crédito, com o objetivo de estimular a expansão da produção agrícola, garantir o abastecimento interno e fortalecer a competitividade do setor agropecuário, articulando diferentes dimensões da política agrícola, agrária e de desenvolvimento rural (Mattei; Fossá, 2017; Dornelas, 2020; IBGE, 2023).

Entretanto, ao longo das primeiras décadas de funcionamento do SNCR, diversos estudos apontaram que a distribuição do crédito rural no país ocorreu de forma concentrada, beneficiando predominantemente grandes produtores e regiões mais integradas aos mercados agrícolas. Esse padrão contribuiu para aprofundar desigualdades no meio rural brasileiro, ao limitar o acesso da agricultura familiar aos instrumentos de financiamento produtivo (Búrigo et al., 2022). Nesse contexto, a literatura destaca a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à inclusão produtiva dos agricultores familiares, capazes de ampliar o acesso ao crédito e reduzir assimetrias estruturais existentes no meio rural.

Nesse cenário, foi instituído na década de 1990 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que passou a representar uma das principais políticas públicas voltadas ao financiamento da agricultura familiar no Brasil. O programa tem como objetivo ampliar o acesso ao crédito para pequenos produtores, estimular a geração de renda no meio rural e promover o desenvolvimento sustentável das atividades produtivas conduzidas por agricultores familiares. Desde sua criação, o PRONAF consolidou-se como o principal

instrumento de financiamento da agricultura familiar no país, contribuindo para a ampliação da capacidade produtiva e para a dinamização das economias rurais em diferentes regiões.

Apesar da relevância do programa, diversos estudos indicam que o acesso ao crédito do PRONAF apresenta significativa heterogeneidade regional, refletindo diferenças estruturais relacionadas à organização produtiva, à disponibilidade de assistência técnica, à presença de instituições financeiras e às condições de infraestrutura nos territórios rurais. Em regiões caracterizadas por maiores limitações logísticas e institucionais, como ocorre em grande parte da Amazônia brasileira, esses fatores podem influenciar diretamente a distribuição e a efetividade das políticas de crédito rural.

No estado do Amazonas, as atividades agropecuárias estão inseridas em um contexto territorial marcado por grandes distâncias geográficas, limitações de infraestrutura de transporte e forte diversidade socioambiental. Essas características impõem desafios específicos ao desenvolvimento da agricultura familiar e ao acesso dos produtores rurais aos instrumentos de financiamento disponíveis. Assim, compreender a distribuição territorial dos recursos do PRONAF e os padrões de financiamento das atividades produtivas torna-se fundamental para avaliar o alcance e a efetividade dessa política pública no estado.

Embora existam estudos sobre o impacto do crédito rural e do PRONAF em diferentes regiões do país, ainda são relativamente escassas as análises que examinam a dinâmica de distribuição desses recursos no estado do Amazonas, especialmente considerando recortes territoriais e a diferenciação entre atividades produtivas e finalidades do crédito. A análise dessa dimensão regional pode contribuir para identificar padrões de concentração ou desigualdade no acesso ao financiamento rural e subsidiar o aprimoramento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar na região amazônica.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a distribuição dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no estado do Amazonas no período de 2013 a 2024. Especificamente, busca-se examinar a distribuição territorial do crédito rural entre as regiões intermediárias do estado, identificar as principais atividades produtivas financiadas e analisar as finalidades nas quais os recursos foram alocados, distinguindo operações de custeio e investimento. A partir da análise de dados do crédito rural disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, o estudo pretende contribuir para a compreensão da dinâmica de financiamento da agricultura familiar no Amazonas e para o debate sobre o papel das políticas públicas de crédito no desenvolvimento rural da região.

2. Revisão da Literatura

2.1 Crédito rural e desenvolvimento agrícola no Brasil

O crédito rural constitui um dos principais instrumentos de política pública voltados ao desenvolvimento da agropecuária no Brasil, desempenhando papel relevante no financiamento da produção, na incorporação de tecnologias e na modernização das atividades agrícolas. A institucionalização desse sistema ocorreu com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), estabelecido pela Lei nº 4.829 de 1965, que estruturou mecanismos formais de financiamento destinados ao setor agropecuário brasileiro.

A criação do SNCR representou um marco na política agrícola nacional ao organizar um sistema de financiamento voltado à expansão da produção agropecuária e ao fortalecimento da capacidade produtiva do setor (Búrigo et al., 2022). Para Delgado (2012), o crédito rural foi um dos pilares do processo de modernização da agricultura brasileira, especialmente a partir da década de 1970, ao viabilizar a incorporação de insumos modernos, mecanização e ganhos de produtividade.

Entretanto, estudos apontam que esse processo de modernização ocorreu de forma seletiva e concentrada. Segundo Graziano da Silva (1982), a modernização agrícola brasileira esteve associada à chamada modernização conservadora, caracterizada pela difusão de tecnologias sem mudanças significativas na estrutura fundiária. Nesse contexto, o acesso ao crédito rural esteve historicamente concentrado entre produtores de maior porte e regiões mais integradas aos mercados agrícolas.

Gasques et al. (2004) destacam que, ao longo da trajetória do SNCR, os recursos de crédito rural foram direcionados prioritariamente a médios e grandes produtores, em função da maior capacidade desses agentes de atender às exigências do sistema financeiro. De forma semelhante, Mattei e Fossá (2017) ressaltam que pequenos produtores enfrentaram dificuldades estruturais para acessar o crédito formal, relacionadas à limitada assistência técnica, à baixa organização produtiva e à reduzida inserção nos mercados.

Diante dessas limitações, diversos estudos enfatizam a necessidade de instrumentos específicos voltados à inclusão produtiva da agricultura familiar no sistema financeiro rural. Nesse sentido, políticas diferenciadas de crédito tornam-se fundamentais para ampliar o acesso ao financiamento produtivo e reduzir desigualdades estruturais no meio rural (Schneider, 2010; Maluf, 2009; Aquino; Schneider, 2015).

2.2 O PRONAF e o financiamento da agricultura familiar

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, representou uma mudança importante na orientação das políticas de crédito rural no Brasil. O programa foi concebido como um instrumento voltado especificamente ao fortalecimento da agricultura familiar, com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito, estimular a geração de renda no meio rural e promover o desenvolvimento sustentável das atividades produtivas.

Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2020), o PRONAF surgiu em um contexto de reconhecimento da importância econômica e social da agricultura familiar e da necessidade de instrumentos específicos de financiamento para esse segmento produtivo. Para Mattei (2005), o programa representou um avanço institucional ao estabelecer linhas de crédito diferenciadas, com taxas de juros subsidiadas e condições mais adequadas à realidade produtiva dos agricultores familiares.

Ao longo das últimas décadas, o PRONAF consolidou-se como a principal política pública de financiamento da agricultura familiar no Brasil, contribuindo para a ampliação do acesso ao crédito e para a dinamização das economias rurais (Aquino; Schneider, 2015). Entre suas principais finalidades destacam-se as operações de custeio, destinadas ao financiamento do ciclo produtivo das atividades agropecuárias, e as operações de investimento, voltadas à ampliação da capacidade produtiva das propriedades rurais por meio da aquisição de equipamentos e infraestrutura (Búrigo et al., 2022).

Apesar desses avanços, estudos indicam a persistência de desafios institucionais que limitam o acesso de parte dos agricultores familiares ao programa. Grisa e Schneider (2015) destacam que fatores como a burocracia associada à obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), a limitada disponibilidade de assistência técnica e a reduzida capilaridade das instituições financeiras em áreas rurais mais isoladas ainda constituem obstáculos relevantes.

Além disso, dificuldades relacionadas à oferta de garantias, à organização produtiva e à limitada oferta de serviços de extensão rural também influenciam o acesso ao crédito rural. Nesse sentido, Aquino e Schneider (2015) argumentam que, embora o PRONAF tenha ampliado significativamente o volume de recursos destinados à agricultura familiar, persistem desigualdades regionais no acesso ao financiamento. Para Favareto (2010) e Delgado (2012), a efetividade das políticas de crédito rural depende também da articulação com outros instrumentos de desenvolvimento rural, como assistência técnica, infraestrutura produtiva e políticas territoriais.

2.3 Estudos empíricos sobre o PRONAF e desafios regionais na Amazônia

A literatura empírica sobre o PRONAF tem buscado avaliar os impactos do programa sobre a produção agrícola, a geração de renda e o fortalecimento da agricultura familiar. Diversos estudos indicam que o acesso ao crédito rural pode contribuir para ampliar a capacidade produtiva dos agricultores familiares e favorecer a adoção de tecnologias que elevam a produtividade.

Segundo Araújo (2011), o crédito rural pode contribuir para a expansão das atividades produtivas e para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares, especialmente quando associado à assistência técnica e à organização produtiva. De forma semelhante, Araújo, Alencar e Vieira Filho (2023) destacam que o acesso ao financiamento pode estimular a diversificação das atividades agrícolas e fortalecer estratégias de geração de renda no meio rural.

Entretanto, diversos estudos apontam que a distribuição territorial dos recursos do PRONAF apresenta significativa heterogeneidade entre as regiões do país. Aquino e Schneider (2015) destacam que fatores como infraestrutura, organização produtiva e presença de instituições financeiras influenciam diretamente o volume de crédito contratado pelos agricultores familiares. Assim, regiões com maior dinamismo econômico e melhor estrutura produtiva tendem a concentrar maior volume de financiamentos, enquanto áreas com maior isolamento geográfico enfrentam maiores dificuldades de acesso aos recursos.

Grisa e Schneider (2015) ressaltam que a implementação do PRONAF ocorre de forma desigual no território nacional, refletindo diferenças regionais na capacidade institucional e na organização social dos produtores. De forma semelhante, Favareto (2010) e Delgado (2012) argumentam que as políticas de desenvolvimento rural no Brasil frequentemente reproduzem desigualdades espaciais decorrentes das disparidades estruturais entre regiões.

Na região Norte, essas limitações tendem a ser ainda mais evidentes. Búrigo et al. (2022) destacam que fatores como dispersão territorial, limitações logísticas e reduzida presença de serviços financeiros dificultam a ampliação do acesso ao crédito rural na Amazônia. Além disso, a diversidade de sistemas produtivos presentes na região, incluindo atividades agroflorestais e extrativistas, influencia as formas de financiamento da produção rural.

No estado do Amazonas, as características territoriais e socioeconômicas impõem desafios adicionais à implementação das políticas de crédito rural. A predominância de áreas de floresta, as grandes distâncias geográficas e a limitada infraestrutura de transporte dificultam

o acesso dos agricultores familiares aos instrumentos de financiamento disponíveis. Conforme argumentam Mattei e Fossá (2017), essas condições podem contribuir para a concentração regional do crédito rural e para a predominância de determinadas atividades produtivas no acesso aos recursos.

Diante desse contexto, torna-se relevante analisar a distribuição dos recursos do PRONAF no estado do Amazonas, considerando as diferenças regionais na aplicação do crédito rural, as atividades produtivas financiadas e as finalidades do financiamento. Assim, com base nesse referencial teórico, o presente estudo busca analisar a distribuição do crédito rural do PRONAF no estado do Amazonas no período de 2013 a 2024, considerando sua alocação segundo regiões intermediárias, atividades produtivas e finalidade do financiamento. A próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa.

3. Metodologia

A pesquisa possui caráter descritivo e abordagem quantitativa, baseada na análise de dados secundários referentes às operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O objetivo metodológico consiste em examinar a distribuição do crédito rural destinado à agricultura familiar no estado do Amazonas no período de 2013 a 2024, considerando a alocação territorial dos recursos, as atividades produtivas financiadas e a finalidade das operações de crédito.

Os dados utilizados foram obtidos da base de informações do crédito rural e do PROAGRO (SICOR), disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essa base reúne registros administrativos das operações de financiamento realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), permitindo identificar o volume de recursos contratados no PRONAF, as atividades financiadas, a finalidade do crédito e a localização geográfica das operações.

As informações utilizadas abrangem operações realizadas nos municípios do estado do Amazonas, incluindo dados referentes às regiões geográficas intermediárias, ao tipo de atividade financiada (agricultura ou pecuária), à finalidade do crédito (custeio ou investimento) e aos valores contratados. Para possibilitar a análise temporal comparável ao longo do período estudado, os valores monetários foram corrigidos para preços reais, considerando-se o ano de 2024 como base de referência.

A área de estudo corresponde ao estado do Amazonas, localizado na Região Norte do Brasil, que possui extensão territorial superior a 1,5 milhão de km² e população estimada em

aproximadamente 4,2 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A estrutura econômica do estado apresenta significativa heterogeneidade regional, combinando a presença do Polo Industrial de Manaus com atividades relacionadas ao extrativismo, à agricultura e à pecuária. Nesse contexto, a agricultura familiar desempenha papel relevante na produção de alimentos e na geração de renda em diversas áreas do interior do estado, sendo fortemente dependente de políticas públicas de financiamento rural.

Para fins analíticos, os dados foram organizados segundo as Regiões Geográficas Intermediárias (RIs) definidas pelo IBGE em 2018. Essa classificação permite captar diferenças espaciais na distribuição do crédito rural dentro do estado, considerando áreas com distintas características produtivas e socioeconômicas. Foram consideradas quatro regiões intermediárias: Manaus, Parintins, Tefé e Lábrea. A região intermediária de Manaus compreende a capital e municípios do entorno; Parintins abrange municípios localizados no médio Amazonas; Tefé reúne municípios situados ao longo das calhas dos rios Solimões e Japurá; e Lábrea engloba municípios do sul do estado, área marcada pela expansão recente da fronteira agropecuária.

A organização dos dados considerou um conjunto de variáveis relacionadas à distribuição territorial do crédito rural, às atividades produtivas financiadas e à finalidade das operações. Entre as principais variáveis analisadas destacam-se: ano da operação (2013–2024), região geográfica intermediária, atividade financiada (agricultura ou pecuária), finalidade do crédito (custeio ou investimento) e valor do financiamento em reais.

Após a coleta das informações, foi realizada uma etapa de organização e tratamento dos dados. Inicialmente, foram selecionadas apenas as operações vinculadas ao PRONAF realizadas no estado do Amazonas no período analisado. Em seguida, os dados foram classificados de acordo com as regiões intermediárias, as atividades produtivas financiadas e a finalidade do crédito.

A partir dessa estruturação, foram aplicadas técnicas de estatística descritiva com o objetivo de identificar padrões e tendências na distribuição dos recursos do programa. A utilização desse procedimento metodológico permite examinar a evolução temporal do crédito rural, bem como comparar a participação relativa das atividades agrícolas e pecuárias e das finalidades custeio e investimento nas diferentes regiões do estado. Dessa forma, a abordagem adotada possibilita analisar de maneira sistemática como os recursos do PRONAF estão distribuídos no território amazonense, contribuindo para a compreensão das desigualdades

regionais no acesso ao crédito rural e dos desafios associados ao fortalecimento da agricultura familiar na região.

4. Discussão dos Resultados

4.1 O PRONAF no estado do Amazonas: estrutura de crédito, desigualdades territoriais e implicações para o desenvolvimento rural (2013–2024)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) constitui um dos principais instrumentos de política pública voltados ao financiamento da agricultura familiar no Brasil, desempenhando papel relevante na promoção do desenvolvimento rural, na ampliação da capacidade produtiva e na inclusão econômica de pequenos produtores (Schneider; Mattei; Cazella, 2020; Grisa; Schneider, 2015). No contexto amazônico, entretanto, a efetividade do programa está condicionada a fatores estruturais como isolamento geográfico, limitações logísticas, heterogeneidade produtiva e dificuldades de acesso ao sistema financeiro formal.

A análise dos dados referentes ao estado do Amazonas, entre 2013 e 2024, evidencia que a distribuição dos recursos do PRONAF apresenta três características principais: (i) predominância do financiamento voltado à pecuária, (ii) maior participação das operações de investimento em relação ao custeio e (iii) forte concentração regional dos recursos. A compreensão dessas variações é importante para avaliar a efetividade dos programas voltados ao fortalecimento da produção familiar e para identificar desafios relacionados à inclusão produtiva e à sustentabilidade ambiental na Região Amazônica.

Os resultados apresentados na Tabela 1 indicam que, no período analisado, a pecuária no Amazonas concentrou R\$ 588,4 milhões em financiamentos, enquanto a agricultura recebeu R\$ 269,5 milhões. Esse padrão também se reflete no número de projetos financiados, com 18.722 operações voltadas à atividade pecuária e 14.063 à agricultura. Esse resultado sugere que o crédito rural destinado à agricultura familiar no Amazonas tende a reproduzir a estrutura produtiva regional, marcada pela expansão da bovinocultura extensiva, sobretudo nas áreas do sul do estado. Esse processo tem sido amplamente discutido em estudos sobre a dinâmica da fronteira agropecuária amazônica, que aponta a pecuária como uma das principais atividades responsáveis pela ocupação econômica dessas áreas (Barreto; Pereira; Arima, 2008).

Tabela 1. Estado do Amazonas – Total dos repasses financeiros e número de projetos do PRONAF - 2013/2024

Descrição	Valor (R\$)	Número de Projetos
Atividade		
Pecuária	588.396.152,64	18.722
Agricultura	269.510.149,95	14.063
Finalidade		
Investimento	555.044.802,17	24.028
Custeio	302.861.500,41	8.757

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SICOR/Banco Central do Brasil.

Além disso, observa-se a predominância dos financiamentos destinados à finalidade investimento, que totalizaram R\$ 555 milhões no período analisado, frente a R\$ 302,8 milhões destinados ao custeio. Esse padrão indica que o PRONAF tem sido utilizado principalmente como instrumento de ampliação da capacidade produtiva das unidades familiares, financiando infraestrutura, aquisição de equipamentos e expansão das atividades produtivas.

Do ponto de vista do desenvolvimento rural, esse resultado pode ser interpretado de duas maneiras complementares. Por um lado, os investimentos contribuem para a modernização da produção e para o aumento da produtividade das unidades familiares. Por outro, a concentração desses recursos em determinadas atividades e regiões pode reforçar padrões produtivos pouco diversificados, limitando o potencial de desenvolvimento territorial equilibrado.

A análise dos recursos do programa por regiões intermediárias, apresentada na Tabela 2, revela importantes desigualdades regionais na distribuição do crédito rural. As regiões intermediárias Lábrea e Manaus concentram a maior parte dos recursos financiados, enquanto Tefé apresenta participação significativamente menor.

A região intermediária Manaus lidera na atividade agrícola, com R\$ 142,46 milhões (52,9%) em 6.353 projetos, voltados a cultivos intensivos (IBGE, 2022), enquanto Lábrea domina na pecuária, com R\$ 324,36 milhões (55,1%) em 6.173 projetos, refletindo a bovinocultura de corte (MAPA, 2023). Parintins apresenta perfil misto, destacando-se em ambas as atividades, e Tefé concentra os menores valores nas duas atividades.

Nas finalidades do financiamento, Lábrea concentra volumes mais expressivos em investimento (R\$ 218,87 milhões) e custeio (R\$ 127,38 milhões), Manaus lidera em número de projetos de investimento (9.380). Parintins pulveriza crédito entre pequenos produtores e Tefé tem baixa participação.

Tabela 2. Estado do Amazonas – Total dos repasses financeiros e número de projetos do PRONAF, por região intermediária - 2013/2024 (valores monetários em R\$ 1.000,00)

Região	Finalidade				Atividade			
	Investimento		Custeio		Agrícola		Pecuária	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Total de recursos								
Tefé	30.021,42	5,4	21.611,24	7,1	16.493,90	6,1	35.138,76	6,0
Manaus	193.801,86	34,9	83.588,87	27,6	142.461,31	52,9	134.929,41	22,9
Lábrea	218.873,33	39,4	127.388,52	42,1	21.898,41	8,1	324.363,44	55,1
Parintins	112.348,20	20,2	70.272,87	23,2	88.656,53	32,9	93.964,54	16,0
Total	555.044,80	100,0	302.861,50	100,0	269.510,15	100,0	588.396,15	100,0
Número de projetos financiados								
Tefé	2.282	9,5	987	11,3	1.470	10,5	1.799	9,6
Manaus	9.380	39,0	2.868	32,8	6.353	45,2	5.895	31,5
Lábrea	5.037	21,0	2.392	27,3	1.256	8,9	6.173	33,0
Parintins	7.329	30,5	2.510	28,7	4.984	35,4	4.855	25,9
Total	24.028	100,0	8.757	100,0	14.063	100,0	18.722	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SICOR/Banco Central do Brasil.

Essas diferenças refletem fatores estruturais associados à organização produtiva regional, como disponibilidade de terras, infraestrutura de transporte, acesso aos mercados e presença de instituições financeiras. Estudos sobre o acesso ao crédito rural no Brasil indicam que regiões com maior integração econômica e melhor infraestrutura tendem a apresentar maior capacidade de captação de recursos dos programas de financiamento público (Delgado, 2012; Grisa; Schneider, 2015).

No caso do Amazonas, essas diferenças territoriais são ainda mais evidentes em razão das limitações logísticas impostas pelas grandes distâncias, pela dependência do transporte fluvial e pelas dificuldades de acesso a serviços financeiros em áreas mais isoladas. Nesse contexto, a análise regional detalhada permite compreender de que forma o PRONAF se concretiza em diferentes realidades produtivas do estado.

4.2 Dinâmica do crédito nas Regiões Intermediárias do Amazonas

4.2.1 Região Intermediária Tefé

A evolução do crédito rural destinado à atividade agrícola na Região Intermediária Tefé apresenta forte flutuação entre 2013 e 2024. A Tabela 3 evidencia que os maiores volumes de crédito foram registrados em 2013, quando os financiamentos destinados ao custeio atingiram R\$ 2,07 milhões, enquanto os investimentos somaram R\$ 4,27 milhões.

Tabela 3. Região Intermediária Tefê – Total dos repasses financeiros e número de projetos do PRONAF por ano - 2013/2024 (valores monetários em R\$ 1.000,00)

Ano	Agricultura				Pecuária			
	Custeio		Investimento		Custeio		Investimento	
	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos
2013	2.070,19	150	4.272,11	635	820,38	47	6.367,43	581
2014	1.002,72	154	1.433,74	168	201,46	13	991,63	116
2015	60,46	5	1.775,92	130	56,46	3	1.684,29	88
2016	76,01	3	191,00	14	97,82	4	1.643,03	65
2017	320,82	22	147,11	6	520,46	30	2.390,75	64
2018	34,19	4	91,05	3	466,46	27	3.361,39	112
2019	-	0	273,83	5	426,47	23	1.562,60	45
2020	51,24	1	-	0	246,55	12	146,22	3
2021	27,47	1	-	0	1.878,27	72	645,56	7
2022	1.555,55	62	-	0	3.673,47	145	77,02	1
2023	1.566,59	63	87,99	2	2.860,72	70	62,90	15
2024	961,17	30	494,73	12	2.636,33	46	2.321,10	210
Total	7.726,41	495	8.767,49	975	13.884,83	492	21.253,93	1307

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SICOR/Banco Central do Brasil.

A partir de 2015, observa-se uma retração significativa do volume de crédito destinado à agricultura, com valores bastante reduzidos em diversos anos da série. Esse comportamento pode ser associado ao contexto de instabilidade econômica nacional e às mudanças nas políticas de crédito rural observadas no período pós-2014, que afetaram a disponibilidade de financiamento para pequenos produtores.

Além disso, fatores ambientais e produtivos também podem ter contribuído para a redução da demanda por crédito. A agricultura familiar na região depende fortemente de sistemas produtivos tradicionais, baseados em cultivos como mandioca e hortaliças, que apresentam maior vulnerabilidade a eventos climáticos e limitações tecnológicas (IBGE, 2018; CONAB, 2018).

Nos anos mais recentes, observa-se uma retomada parcial das operações de custeio, especialmente a partir de 2022, quando os recursos destinados a essa finalidade voltaram a superar R\$ 1,5 milhão. Esse movimento pode estar associado à recuperação gradual da produção agrícola regional e ao fortalecimento de cadeias produtivas voltadas ao abastecimento alimentar local (IBGE, 2023).

Na atividade pecuária, por sua vez, os financiamentos apresentam maior estabilidade e volumes superiores de recursos. O total acumulado de investimentos na pecuária supera significativamente os valores destinados à agricultura, evidenciando o peso dessa atividade na economia rural regional.

O crescimento dos recursos destinados ao custeio pecuário a partir de 2021 pode ser interpretado devido ao aumento dos preços da arroba bovina e da elevação dos custos de produção observados no período recente, fatores que ampliaram a necessidade de capital de giro para manutenção das atividades produtivas (CEPEA, 2023; IBGE, 2023).

4.2.2 Região Intermediária Manaus

A Região Intermediária Manaus apresenta uma estrutura de financiamento mais diversificada e com maior volume de operações, refletindo sua proximidade com o principal centro urbano do estado e sua importância estratégica no abastecimento alimentar regional.

Os dados apresentados na Tabela 4 indicam que a agricultura concentrou volume expressivo de crédito nas finalidades custeio e investimento, totalizando mais de R\$ 142 milhões no período estudado. Os anos de 2013 e 2014 registraram os maiores volumes de financiamento, período em que o crédito rural brasileiro apresentou expansão significativa.

Tabela 4. Região Intermediária Manaus – Total dos repasses financeiros e número de projetos do PRONAF por ano - 2013/2024 (valores monetários em R\$ 1.000,00)

Ano	Agrícola				Pecuária			
	Custeio		Investimento		Custeio		Investimento	
	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos
2013	19.718,23	150	43.282,75	2393	5.036,46	158	35.684,32	1676
2014	21.198,03	154	30.424,85	1157	2.265,84	82	37.830,22	1535
2015	1.483,80	5	4.836,16	255	2.867,56	100	13.699,17	745
2016	103,63	3	1.356,35	98	341,32	10	572,17	28
2017	693,50	22	3.082,56	155	770,17	35	2.329,14	105
2018	111,69	4	1.560,92	45	459,10	13	3.630,54	152
2019	955,45	0	1.156,40	39	558,70	17	2.878,50	73
2020	1.162,99	1	450,92	7	995,72	13	1.709,48	23
2021	1.702,04	1	417,10	6	2.397,40	32	1.883,08	104
2022	1.959,00	62	470,81	9	4.416,55	71	1.768,36	335
2023	2.823,05	63	508,70	11	5.071,45	71	2.167,61	128
2024	2.749,51	30	252,90	12	3.747,67	100	1.848,86	289
Total	54.660,92	495	87.800,39	4187	28.927,95	702	106.001,47	5193

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SICOR/Banco Central do Brasil.

Contudo, a partir de 2015 ocorreu uma retração acentuada no volume de crédito e no número de projetos financiados. Esse movimento acompanha o contexto de ajustes no crédito rural e da oscilação da demanda por produtos agrícolas, influenciada pela desaceleração

econômica nacional e mudanças nas políticas de financiamento rural, que reduziram temporariamente a disponibilidade de recursos (BACEN, 2014; MAPA, 2015).

Nos anos mais recentes, observa-se uma recuperação moderada das operações de crédito, associada ao fortalecimento de cadeias produtivas voltadas à hortifruticultura e ao abastecimento dos mercados urbanos (IBGE, 2023). A proximidade com o mercado consumidor de Manaus favorece a expansão dessas atividades, ampliando a demanda por crédito rural.

Na pecuária, a região também apresenta número expressivo de projetos financiados, especialmente na finalidade investimento. Esse padrão indica que parte dos produtores familiares da região tem buscado ampliar ou modernizar suas atividades produtivas, incorporando melhorias tecnológicas e estruturais.

4.2.3 Região Intermediária Lábrea

A Região Intermediária Lábrea apresenta o padrão mais concentrado de financiamento entre as regiões analisadas, com forte predominância da atividade pecuária. Entre 2013 e 2024, os recursos destinados à bovinocultura superaram amplamente os financiamentos voltados à agricultura. Esse resultado reflete a especialização produtiva do sul do Amazonas, área que tem apresentado expansão significativa da pecuária nas últimas décadas. A disponibilidade de extensas áreas de pastagem e a integração com cadeias de comercialização de carne bovina contribuem para tornar essa atividade economicamente atrativa para produtores rurais da região (IBGE, 2023; MAPA, 2024).

Os dados apresentados na Tabela 5 indicam que os investimentos representam a principal modalidade de financiamento da pecuária, evidenciando um processo de expansão e consolidação da atividade. Entretanto, do ponto de vista ambiental, esse padrão levanta importantes questões relacionadas à sustentabilidade do desenvolvimento rural na região.

Tabela 5. Região Intermediária Lábrea – Total dos repasses financeiros e número de projetos do PRONAF por ano - 2013/2024 (valores monetários em R\$ 1.000,00)

Ano	Agrícola				Pecuária			
	Custeio		Investimento		Custeio		Investimento	
	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos
2013	2.618,15	260	6.420,65	448	2.751,22	104	28.979,28	1223
2014	2.510,49	192	1.397,88	71	3.229,27	97	20.376,59	601
2015	2.016,77	87	1.144,85	33	2.902,93	67	36.970,92	911
2016	385,43	19	230,78	3	1.371,14	26	11.686,20	214
2017	1.520,19	77	112,30	3	4.284,72	126	24.885,31	394
2018	65,59	4	137,62	2	2.240,24	65	12.808,11	221
2019	97,32	1	333,67	1	2.471,86	48	14.313,21	237
2020	-	0	891,82	1	5.602,53	88	12.510,04	148
2021	140,37	4	-	0	10.049,51	159	12.551,42	104
2022	521,47	13	-	0	16.974,25	294	5.901,17	51
2023	984,18	22	-	0	34.588,99	372	10.461,42	170
2024	368,90	15	-	0	29.693,02	252	16.760,08	201
Total	11.228,85	694	10.669,57	562	116.159,68	1698	208.203,76	4475

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SICOR/Banco Central do Brasil.

Diversos estudos apontam que a expansão da pecuária na Amazônia está associada à abertura de novas áreas e ao avanço da fronteira agropecuária, processo que pode gerar impactos significativos sobre os ecossistemas florestais (Barreto; Pereira; Arima, 2008; Nepstad et al., 2014). Nesse contexto, políticas de crédito rural voltadas à agricultura familiar podem desempenhar papel importante na promoção de práticas produtivas mais sustentáveis, estimulando sistemas agroflorestais e formas de produção de menor impacto ambiental.

4.2.3 Região Intermediária Parintins

A Região Intermediária Parintins apresenta um padrão de financiamento mais equilibrado entre agricultura e pecuária, refletindo uma estrutura produtiva relativamente diversificada. Os dados da Tabela 6 indicam que a atividade agrícola movimentou aproximadamente R\$ 88 milhões em financiamentos no período analisado, distribuídos entre operações de custeio e investimento.

A elevada quantidade de projetos agrícolas pode ser associada pela forte presença da agricultura familiar na região, especialmente com destaque para cultivos tradicionais como mandioca, milho e fruticultura regional, que demandam crédito para insumos, mecanização e infraestrutura de produção. Esses sistemas produtivos desempenham papel fundamental no

abastecimento alimentar das populações ribeirinhas e urbanas da região (IBGE, 2023; MAPA, 2024).

Tabela 6. Região Intermediária Parintins – Total dos repasses financeiros e número de projetos do PRONAF por ano - 2013/2024 (valores monetários em R\$ 1.000,00)

Ano	Agrícola				Pecuária			
	Custeio		Investimento		Custeio		Investimento	
	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos	Valor	Núm. Projetos
2013	28.742,24	1184	26.113,22	2206	1.406,08	27	25.685,20	1804
2014	6.416,31	230	8.134,61	641	613,72	17	15.051,82	984
2015	274,95	7	4.449,38	313	199,20	9	10.141,66	572
2016	22,59	1	234,38	21	4,55	1	1.211,74	20
2017	730,44	7	1.881,53	52	806,62	48	4.880,02	179
2018	21,12	2	1.697,68	64	110,50	7	3.813,27	100
2019	300,98	2	309,97	3	161,27	2	1.227,86	45
2020	22,35	2	403,82	3	351,48	4	607,47	28
2021	583,87	12	222,42	3	785,29	30	1.616,62	93
2022	2.333,06	74	453,35	5	8.904,56	293	169,00	15
2023	2.684,85	83	298,66	2	8.260,50	292	1.074,01	6
2024	1.869,88	64	454,85	3	4.666,45	112	2.215,65	167
Total	44.002,65	1668	44.653,88	3316	26.270,23	842	67.694,32	4013

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SICOR/Banco Central do Brasil.

Além disso, o município de Parintins exerce importante função econômica como polo regional de comercialização e distribuição de produtos agrícolas, atendendo comunidades ribeirinhas e zonas rurais dos municípios vizinhos. Sua localização estratégica no rio Amazonas facilita o escoamento da produção e amplia as oportunidades de integração com mercados regionais.

Na atividade pecuária, os financiamentos também apresentam volume expressivo, especialmente na finalidade investimento. Esse padrão sugere expansão da bovinocultura e um processo gradual de modernização da atividade pecuária regional, com adoção de práticas de intensificação produtiva, como melhoramento genético e recuperação de pastagens, e melhoria da infraestrutura produtiva (BNDES, 2023; MAPA, 2024). A localização estratégica de Parintins como entreposto fluvial no rio Amazonas também facilita o escoamento da produção para mercados consumidores e frigoríficos da região, aumentando a atratividade do crédito para o setor.

A análise comparativa das quatro regiões intermediárias do estado do Amazonas evidencia que o acesso e a distribuição dos recursos do PRONAF apresentam padrões distintos,

diretamente associados às características produtivas e às condições estruturais de cada território. Enquanto a região de Lábrea concentra o maior volume de recursos, fortemente direcionados à pecuária e à finalidade investimento, refletindo a expansão da bovinocultura no sul do estado, a região de Manaus apresenta maior diversidade produtiva e elevado número de operações, sobretudo na agricultura, em função da proximidade com o principal mercado consumidor do estado. A região de Parintins caracteriza-se por um perfil produtivo relativamente equilibrado entre agricultura e pecuária, com forte participação da agricultura familiar voltada ao abastecimento regional, enquanto Tefé apresenta menor volume de recursos e maior flutuação na concessão de crédito, evidenciando limitações estruturais relacionadas ao isolamento geográfico e à menor integração econômica. Dessa forma, observa-se que o PRONAF, embora desempenhe papel relevante no financiamento da agricultura familiar no Amazonas, apresenta distribuição territorial desigual, reproduzindo as desigualdades produtivas e logísticas que caracterizam o espaço rural amazônico.

5. Considerações Finais

Este estudo analisou a dinâmica da alocação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no estado do Amazonas no período de 2013 a 2024, com o objetivo de compreender como o crédito rural destinado à agricultura familiar tem sido distribuído entre atividades produtivas, finalidades de financiamento e regiões intermediárias do estado. A partir da análise dos dados do Banco Central do Brasil, foi possível identificar padrões relevantes na estrutura do crédito rural, bem como diferenças significativas na distribuição territorial dos recursos.

Os resultados indicam que o PRONAF desempenha papel importante no financiamento da produção rural no Amazonas, especialmente no apoio à atividade pecuária, que concentrou a maior parcela dos recursos no período analisado. A predominância dessa atividade reflete características estruturais da economia rural amazônica, marcada pela expansão da bovinocultura em áreas de fronteira agropecuária e pela disponibilidade de extensas áreas destinadas à formação de pastagens.

Outro aspecto relevante observado foi a predominância das operações destinadas à finalidade investimento em relação às operações de custeio. Esse padrão sugere que o programa tem sido utilizado principalmente como instrumento de ampliação da capacidade produtiva das unidades familiares, possibilitando a aquisição de equipamentos, melhoria da infraestrutura

produtiva e expansão das atividades agropecuárias. Embora esse tipo de financiamento seja fundamental para o fortalecimento econômico das propriedades rurais, a concentração dos recursos em determinadas atividades produtivas pode limitar a diversificação da agricultura familiar.

A análise territorial evidenciou ainda a existência de desigualdades significativas na distribuição regional do crédito rural. As Regiões Intermediárias Lábrea e Manaus concentraram a maior parte dos recursos e das operações financiadas, enquanto regiões como Tefé apresentaram menor participação no acesso ao crédito. Essas diferenças refletem fatores estruturais relacionados à organização produtiva regional, à infraestrutura de transporte, ao acesso aos mercados e à presença de instituições financeiras capazes de operacionalizar as linhas de financiamento do programa. Esse cenário revela a necessidade de estratégias que assegurem maior equidade entre setores e territórios.

Outro aspecto importante diz respeito às implicações ambientais associadas ao padrão de financiamento observado. A predominância da pecuária entre as atividades financiadas levanta questionamentos sobre os impactos desse modelo produtivo no contexto amazônico, especialmente em relação à expansão da fronteira agropecuária e às pressões sobre os ecossistemas florestais. Nesse sentido, políticas de crédito rural podem desempenhar papel estratégico na promoção de sistemas produtivos mais sustentáveis, incentivando práticas de produção que conciliem desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Nesse contexto, a eficácia do PRONAF depende não apenas da concessão de crédito, mas também da integração com políticas complementares, como assistência técnica, capacitação e inovação tecnológica. O futuro do programa exige adaptação às novas demandas sociais e ambientais, sobretudo diante das mudanças climáticas e da necessidade de sistemas produtivos mais resilientes.

Dessa forma, os resultados deste estudo indicam que o PRONAF constitui um instrumento relevante para o fortalecimento da agricultura familiar no estado do Amazonas, contribuindo para a ampliação do acesso ao crédito e para o desenvolvimento das atividades produtivas rurais. No entanto, também evidenciam a necessidade de aperfeiçoamento das políticas de crédito rural, de modo a ampliar a inclusão produtiva, reduzir desigualdades territoriais e incentivar sistemas produtivos mais diversificados e sustentáveis.

Apesar dos avanços alcançados, esta pesquisa apresenta limitações, pois a análise descritiva restringiu-se à observação do número de projetos financiados pelo PRONAF e dos

valores destinados a essas operações. Não foram exploradas em profundidade as características dos projetos, nem sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico local e para produção agropecuária, o que limita a compreensão mais ampla dos impactos do crédito rural no estado.

Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras avancem para análises que correlacionem, por exemplo, os dados do crédito rural com indicadores da produção agropecuária nos municípios estudados. Abordagem dessa natureza possibilitaria a avaliação mais precisa dos efeitos do financiamento sobre a produtividade, a renda das famílias rurais e a sustentabilidade das atividades, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar na região amazônica.

Referências

AQUINO, J. R. e SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C. e SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.

ARAÚJO, J. A.; ALENCAR, M. O.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 18, n. 1, p. 45-67, 2023.

ARAÚJO, P. F.C. de. **Política de crédito rural**: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília, DF: CEPAL/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 37).

BARRETO, Paulo; PEREIRA, Ritaumaria; ARIMA, Eugênio. **A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Crédito Rural – Séries Temporais**. Brasília: BACEN, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Relatório de Economia Bancária**. Brasília: BACEN, 2014.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Linhas de financiamento rural**. Rio de Janeiro: BNDES, 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Projeções do Agronegócio – Brasil 2023/24 a 2033/34**. Brasília, DF: MAPA, 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Anuário Estatístico da Pecuária de Corte**. Brasília: MAPA, 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016**. Brasília: MAPA, 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Projeções do Agronegócio: Brasil 2022/23 a 2032/33**. Brasília: MAPA, 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Crédito rural: Plano Safra 2022/2023**. Brasília, 2022.

BÚRIGO, F. L.; WESZ JUNIOR, V. J.; CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003–2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 635–668, out. 2021–jan. 2022.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA).

Indicador do Boi Gordo – Série Histórica 2023. Piracicaba: ESALQ/USP, 2023.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos 2017/2018 – 8º Levantamento**. Brasília: CONAB, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DORNELAS, L. Evolução da política de crédito rural no Brasil: uma análise histórica. **Extensão Rural**, v. 27, n. 2, p. 25-39, 2020.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299–319, 2010.

GASQUES, José Garcia et al. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal – PAM 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil. In: MALUF, Renato S.; WILKINSON, John (org.). **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e empíricas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

MATTEI, L. F.; FOSSÁ, J. L. A evolução do crédito rural no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016. **Revista Grifos**, v. 26, n. 43, p. 77-95, 2017.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, núcleo de estudos agrários e desenvolvimento Rural, 2005.

NEPSTAD, Daniel et al. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. **Science**, Washington, v. 344, n. 6188, p. 1118–1123, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511–531, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, 2020.